

BIBLIOTECA COMUNITÁRIA:

análise sobre seu conceito, função e papel social

Nashila Fernanda Soares¹

Rúbia Martins²

Marcus Rei de Lima Alves³

Túlio César Martos⁴

Valéria Martins Bonfuoco⁵

Sofia Curuci Pegoraro⁶

Resumo: O objetivo do presente texto consiste na análise do conceito, função e papel social exercidos pelas bibliotecas comunitárias. A fundamentação teórica baseia-se nos seguintes autores: Almeida (2005); Barros (2003); Bastos, Almeida e Romão (2011); Blank e Sarmiento (2010); Comitê... (1948); Machado (2008) e (2009); Pérez Pulido (2002); Peruzzo e Volpato (2009); Rasche (2005). O texto se perfaz mediante pesquisa teórica sobre o conceito, função e papel social das bibliotecas comunitárias e a inserção do profissional bibliotecário nesse contexto. Uma biblioteca comunitária deve se preocupar com a qualidade informacional de material, serviços e atividades oferecidas para seu público usuário, que suprirão suas necessidades específicas. Consideramos que devemos conceber a ideia de biblioteca comunitária enquanto instrumento de: resgate da cultura popular; formação político cidadã; fortalecimento da comunidade na qual ela está inserida; valorização do indivíduo enquanto ser transformador da sociedade; concessão do direito fundamental à leitura e ao acesso à informação.

Palavras-chaves: Biblioteconomia. Biblioteca comunitária. Acesso à informação.

¹ Graduanda em Biblioteconomia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Filosofia e Ciências - Câmpus de Marília (UNESP/FFC). Não-bolsista do Programa de Educação Tutorial de Biblioteconomia (PET). **E-mail:** nashilasoares@gmail.com

² Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Filosofia e Ciências - Câmpus de Marília (UNESP/FFC). Docente do Departamento de Ciência da Informação. Tutora do Programa de Educação Tutorial de Biblioteconomia (PET). **E-mail:** rubia.martins@unesp.br

³ Graduando em Biblioteconomia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Filosofia e Ciências - Câmpus de Marília (UNESP/FFC). Bolsista do Programa de Educação Tutorial de Biblioteconomia (PET). **E-mail:** marcusreisfx@gmail.com

⁴ Graduando em Biblioteconomia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Filosofia e Ciências - Câmpus de Marília (UNESP/FFC). Bolsista do Programa de Educação Tutorial de Biblioteconomia (PET). **E-mail:** martostulio@gmail.com

⁵ Graduanda em Biblioteconomia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Filosofia e Ciências - Câmpus de Marília (UNESP/FFC). Bolsista do Programa de Educação Tutorial de Biblioteconomia (PET). **E-mail:** valeria.bonfuoco@gmail.com

⁶ Graduanda em Biblioteconomia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Filosofia e Ciências - Câmpus de Marília (UNESP/FFC). Bolsista do Programa de Educação Tutorial de Biblioteconomia (PET). **E-mail:** sofiacuruci@hotmail.com



1 INTRODUÇÃO

Por muito tempo a Biblioteconomia, derivada da Documentação, sustentou-se no armazenamento e conservação dos livros, uma dedicação exclusiva à arte da custódia dos mesmos. O acesso à informação escrita era restrito e muitos cidadãos não exerciam a prática leitora (SIQUEIRA, 2010).

A disseminação e o acesso à informação escrita e aos livros é uma característica presente no paradigma⁷ pós-custodial (SILVA; RIBEIRO, 2002; BARROS, 2003). Silva e Ribeiro (2002) apresentam esse novo paradigma, o pós-custodial, que trabalha o advento da Ciência da Informação (CI) com as novas tecnologias de informação e comunicação, e os modernos métodos e técnicas empreendidos pelas três ciências agregadas à CI: a Biblioteconomia, a Arquivologia e a Museologia (SMIT, 2003). Conforme Pinheiro (1999), a CI, marcante pelas suas práticas biblioteconômicas, arquivísticas e museológicas, deve compreender-se por novos conceitos para a sua formação no século XXI.

Atualmente, algumas das funções da Biblioteconomia se verificam, além do ato de armazenar e organizar a informação, em disseminar e facilitar o acesso à informação. Todo e quaisquer tipos de informações (sejam estas vinculadas aos mais diferentes modelos de instituições, tais como, bibliotecas, centros de informação, centros culturais, centros de documentação, e afins), podem vir a ser objeto de estudo e de gerenciamento do profissional bibliotecário (RASCHE, 2005). Tal citação nos remete à ideia e ao ato da leitura, pois, na medida em que há a disseminação da informação, pressupõe-se o usuário leitor.

O ato de ler e o direito à leitura, consubstanciado pela Declaração Universal dos Direitos do Homem - DUDH (COMITÊ..., 1948), é caracterizado enquanto direito fundamental de todo e qualquer cidadão. Além disso, importante destacarmos que o

⁷ O conceito de *paradigma* advém da filosofia de Platão, entendido como um modelo adequado e imutável (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008). Na corrente da Filosofia da Ciência, como proposto por Thomas Kuhn, na obra *A Estrutura das Revoluções Científicas* (2003), o conceito de *paradigma* representa um modelo de conhecimento proposto para o desenvolvimento de teorias (e afins) dentro de uma determinada ciência, mas que, diferente de Platão, esse modelo científico caracteriza-se também por suas *quebras paradigmáticas*. Enfim, para Japiassú e Marcondes (2008, p. 211), Kuhn utiliza o termo *paradigma* para realizar sua análise no “[...] processo de formação e transformação das teorias científicas - da própria revolução nas ciências [...]”.



acesso informacional, bem como a capacidade de uso dessa informação, são aspectos geradores de impactos no desenvolvimento da sociedade como um todo. O fato dos cidadãos possuírem acesso e utilizarem determinadas informações é compreendido como a efetivação e o exercício de direitos que lhes são fundamentais.

Segundo Rasche (2005), a DUDH, de 1948, garante a todo e qualquer cidadão acesso irrestrito à informação, à difusão, ao recebimento e à pesquisa de ideias e convicções produzidas pela humanidade. Tal concepção da informação enquanto direito fundamental faz com que Pérez Pulido (2001) caracterize a DUDH como raiz essencial fundamentadora dos Códigos de Ética relativos aos profissionais da informação, sobretudo os bibliotecários.

No Brasil, outro fator que configura-se de extrema importância frente à leitura enquanto um direito fundamental de qualquer cidadão é a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que ficou nacionalmente conhecida como a “Lei do Livro”. Esta lei tem como objetivo instigar e garantir a leitura a todos os brasileiros, com pleno exercício do direito de livre acesso e uso de livros, independente do suporte ser físico ou digital (BRASIL, 2003). Além disso, essa lei também instiga a exportação de livros brasileiros para outros países, estimula a produção intelectual e cultural dos escritores e autores brasileiros, assegura o acesso à leitura para portadores de necessidades especiais e visa à ampliação de bibliotecas em todo o país.

Apesar da existência de tais pressupostos que configuram a leitura enquanto direito fundamental de todos os cidadãos, verifica-se que parte considerável da população brasileira não desfruta e/ou possui condições de exercer tal direito. Uma pesquisa realizada pelo IBOPE, em 2016, sob encomenda do Instituto Pró Livro, o brasileiro lê, em média, 2,43 livros por ano (RETRATOS..., 2019; 44% DA POPULAÇÃO..., 2016). Esta pesquisa ouviu 5.012 (cinco mil e doze) brasileiros, indicando que 2.155 (dois mil, cento e cinquenta e cinco) brasileiros dizem não ter tempo para ler um livro, totalizando 43% da população estudada.

Tendo em vista tal realidade e contexto social no qual os brasileiros estão inseridos relacionado à leitura, inicia-se a discussão sobre a real função das bibliotecas comunitárias.



Nesse sentido, frente ao contexto exposto, entende-se a imprescindível importância da existência de bibliotecas frente ao contexto exposto, que demonstra a necessidade de políticas públicas e leis que assegurem e instigam a leitura, uma vez que a biblioteca atua como uma instituição que promove a leitura e intermedia o acesso à informação, promovendo e assegurando tais direitos já citados.

O objetivo do presente trabalho consiste na análise do conceito, função e papel social exercidos pelas bibliotecas comunitárias. A justificativa da pesquisa se dá pela necessidade de uma maior compreensão desses espaços que se configuram como um importante objeto de estudo para a Biblioteconomia e um instrumento de democratização ao acesso à leitura e ao conhecimento.

2 METODOLOGIA E MÉTODOS

O texto se perfaz mediante pesquisa exploratória e bibliográfica, de abordagem qualitativa, cuja metodologia consiste no levantamento e revisão de obras que abordam a temática do estudo: função e papel social das bibliotecas comunitárias e a inserção do profissional bibliotecário nesse contexto.

A pesquisa exploratória trata-se de um tipo de pesquisa que possui o objetivo de familiarizar o objeto de pesquisa com o pesquisador, fazendo com que seja possível aprimorar as ideias a respeito do tema de uma forma bem flexível, possibilitando uma consideração de variados aspectos relacionados ao fato estudado (GIL, 2008). A principal metodologia utilizada para esse tipo de pesquisa é o levantamento bibliográfico e revisão da literatura.

Ainda para Gil, a pesquisa bibliográfica

é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas (GIL, 2008, p. 44).

Nesse sentido, Fachin (2005, p. 119) defende que a pesquisa bibliográfica vem



a ser:

[...] um conjunto de conhecimentos reunidos em obras de toda natureza. Tem como finalidade conduzir o leitor à pesquisa de determinado assunto, proporcionando o saber. Ela se fundamenta em vários procedimentos metodológicos, desde a leitura até como selecionar, fichar, organizar, arquivar, resumir o texto; ela é a base para as demais pesquisas.

A análise dos dados configura-se através da abordagem qualitativa, sendo que esse processo caracteriza-se pela condensação dos dados coletados no levantamento bibliográfico, bem como a sua categorização através da interpretação do pesquisador com os dados coletados (GIL, 2008).

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

Utilizamos primordialmente como fundamentação teórica sobre a análise do conceito de biblioteca comunitária e seu papel social os seguintes autores: Machado (2008); Soares ([200?]); Guedes ([200?]); Horta e Rocha (2017); Peruzzo e Volpato (2009); Blank e Sarmiento (2010); Almeida (2005) e Barros (2003).

Para Guedes ([200?], p. 1) as bibliotecas comunitárias são “[...] ambientes físico criados e mantidos por iniciativa das comunidades [...]”, e possuem como objetivo principal ampliar o acesso da comunidade à informação. Biblioteca comunitária pode ser considerada um lugar de importante inclusão social, sendo que ela possui, como público alvo, aqueles que não têm fácil acesso às bibliotecas e se encontram em posição marginal no que tange ao recebimento de fatores culturais e informacionais.

Importante salientarmos que, apesar de serem chamadas *bibliotecas* comunitárias, a tais espaços não é obrigatória a presença do profissional bibliotecário enquanto disseminador, mediador da informação, promotor e incentivador da leitura, etc. Ou seja, são locais comunitários mantidos pela própria comunidade local, a qual desempenha a função de incentivadora da leitura e da disseminação informacional.

As bibliotecas comunitárias, de acordo com Machado (2008, p. 50), são ambientes que “podem atuar como um espaço estratégico para implantação de políticas públicas de inclusão social e cultural”. Acompanha, também, a mesma atribuição de uma biblioteca pública: promove o acesso à informação e ao



conhecimento, estimula a leitura e sua compreensão por meio de ações voltadas a essa disseminação (MACHADO, 2008). É também um “espaço de acolhimento e vivência [...], com suas ações e serviços organizados com base na realidade e conhecimento local” (MACHADO, 2008, p. 51).

A respeito das características da biblioteca comunitária, Soares ([200?], p.3) afirma que:

As bibliotecas comunitárias têm autonomia quanto ao horário de funcionamento, tendo em vista que não há um regimento padronizado para esse tipo de biblioteca, podendo atender ao seu público de acordo com a demanda ou, casos raros, com a disponibilidade de horário de seus idealizadores, quando os mesmos são responsáveis pelo seu bom funcionamento.

A aquisição dos livros e materiais disponibilizados por uma biblioteca comunitária se dá, quase sempre, por doação da própria comunidade a qual a biblioteca comunitária está inserida (SOARES, [200?]).

Horta e Rocha (2017) afirmam que as bibliotecas comunitárias atuam como sendo um verdadeiro instrumento de democratização e acesso à leitura e à informação, do qual pode ser relacionado ao contexto atual brasileiro no que se refere ao baixo índice de leitura. Nesse sentido, Machado (2019, p. 91) diz que as bibliotecas comunitárias são constituídas “[...] do desejo e da necessidade de um determinado grupo de pessoas em ter acesso ao livro, à informação e à prática da leitura num real exercício de cidadania”.

Elisa (2008, p. 60-61) destaca cinco características de uma biblioteca comunitária que se distinguem de uma biblioteca pública:

1. a forma de constituição: são bibliotecas criadas efetivamente pela e não para a comunidade, como resultado de uma ação cultural.
2. a perspectiva comum do grupo em torno do combate à exclusão informacional como forma de luta pela igualdade e justiça social.
3. o processo de articulação local e o forte vínculo com a comunidade.
4. a referência espacial: estão, em geral, localizada em regiões periféricas.
5. o fato de não serem instituições governamentais, ou com vinculação direta aos Municípios, Estados ou Federações.

Ainda em comparação entre biblioteca comunitária e biblioteca pública, Prado (2010) diz que ambas contribuem para o desenvolvimento da leitura, mas que a biblioteca comunitária, por atuar em áreas carentes e contribuir com o acesso à informação e ao conhecimento a indivíduos que dificilmente os teriam acesso,

desempenha um importante papel para libertação da mente humana. Além disso, as bibliotecas comunitárias apresentam mudanças na comunidade ao possibilitar “suporte para o desenvolvimento de projetos educacionais, culturais e profissionais” (HORTA, ROCHA, 2017, p. 1787).

Visto que a biblioteca comunitária nasce através do interesse e necessidade de uma comunidade carente, o projeto de sua implantação e sua construção é concebido pelos membros dessa própria comunidade, bem como seu gerenciamento (MACHADO, 2008). A atuação de um bibliotecário, no entanto, como já dito, não é obrigatória nesse espaço, o que pode comprometer a qualidade e os serviços prestados dessa biblioteca devido a ausência deste profissional (MACHADO, 2008).

Dessa maneira, a biblioteca comunitária se fundamenta em cenários e conjunturas específicos que envolvem iniciativas e ações práticas de indivíduos ou associações ao visualizar a necessidade de um espaço voltado para disponibilidade de acesso ao conhecimento e informações para uma população de determinada região que sofre da ausência ou possui dificuldade de alcance a uma biblioteca pública. Mesmo assim, a biblioteca comunitária acompanha o mesmo objetivo de atuação de uma biblioteca pública: promover o acesso à informação (MACHADO, 2008).

Em relação às abordagens sobre a biblioteca comunitária como papel social, Prado (2010) afirma que um ambiente informacional, como a biblioteca comunitária, exerce um importante espaço que supre as necessidades de informação, cultura e lazer de grupos sociais existentes em contextos periféricos. Essa unidade de informação exerce eficientes mudanças sobre questões do aumento da leitura pela população e, especialmente, de caráter de inclusão/integração social ao ser disseminada e incorporada pelo indivíduo, vista a realidade brasileira do analfabetismo e da marginalização do conhecimento (PRADO 2010).

Guedes ([200?]) afirma que esses ambientes informacionais possibilitam a troca e compartilhamento da informação em um processo contínuo da comunidade que é visto como um instrumento de democratização e inclusão informacional por evidenciar o ensino à cidadania através de práticas como a leitura.

Além disso, a biblioteca comunitária é uma forma de valorização da própria comunidade, uma vez que iniciativas para difusão e acesso à informação são uma



forma de contribuir para a redução das desigualdades sociais e promover a inclusão informacional. Projetos de implantação de centros comunitários de informação evidenciam as ações de organização, amadurecimento e cidadania, em que cada indivíduo se torna responsável pelo crescimento cultural da comunidade⁸.

4 RESULTADOS

O conceito de biblioteca comunitária parte do princípio de que tais locais representam uma aproximação espacial e física da própria comunidade, além de consistir em atividades solidárias entre indivíduos que compartilham o mesmo contexto e realidade sociais (PERUZZO e VOLPATO, 2009). Além disso, tais espaços permitem e estimulam uma criação identitária cultural materializada em mobilizações por interesses comuns.

No Brasil, instituições desse caráter se destinam ao enfrentamento e resistência da privação informacional, sendo reconhecidas pela população como instrumentos de inclusão social.

Segundo Nogueira (2014), o processo de exclusão informacional no Brasil se agrava no contexto da revolução industrial com a extensão da mercantilização da informação e sua relação com tecnologias. A informação se torna explorada, capital comercial como oportunidade de lucro e poder, e assim como todo meio comercial tem um público alvo, sendo aqueles que se encontram em situação conveniente para consumo. A informação torna-se mercadoria nobre, portanto grupos hipossuficientes são atingidos pela exclusão informacional.

Existem inúmeras condições que implicam na restrição do acesso à informação. O grupo excluído não trata apenas de uma desigualdade econômica, vai muito mais além disso, refere-se a questões de preconceito, acessibilidade, sociais, políticas, sobre barreiras físicas, de comunicação e burocráticas, de uma unidades informacionais.

O Brasil ainda conta com um número considerável de analfabetos: segundo o

⁸ PROGRAMA de ensino, pesquisa e extensão A tela e o texto; Setor de bibliotecas comunitárias. Folheto para a criação de bibliotecas comunitárias auto-geridas.



Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, em 2018 a taxa de população acima de 15 anos iletrada é de 11,5 milhões de pessoas, e acima de 60 anos de aproximadamente 35 milhões (IBGE, 2018). Entretanto, houve um crescimento na taxa de pessoas com ensino superior (de 15,3% em 2016 para 15,7% em 2017), e uma queda no número de não escolarizados aquelas de 25 anos ou mais que não completaram nenhum ano do ensino fundamental, caiu de 10,7% em 2016 para 8,8% em 2017 (NETO, 2018). Em relação a taxa de analfabetismo funcional o número é discrepante,

[...] três em cada dez jovens e adultos de 15 a 64 anos no País – 29% do total, o equivalente a cerca de 38 milhões de pessoas – são considerados analfabetos funcionais [...] O estudo, feito pelo Ibope Inteligência, é desenvolvido pela ONG Ação Educativa e pelo Instituto Paulo Montenegro. Nessa faixa de 29% de brasileiros classificados nos níveis mais baixos de proficiência e escrita, há 8% de analfabetos absolutos (quem não consegue ler palavras e frases). Os outros 21% estão no nível considerado rudimentar (não localizam informações em um calendário, por exemplo) (PALHARES; DIÓGENES, 2018, documento online).

Com base nos dados, somando-se a parcela da população economicamente ativa, calcula-se que aproximadamente 70% dos brasileiros são analfabeta funcional (INSTITUTO ECOFUTURO, 2010). Este perfil possui diferentes graus de domínios das habilidades de leitura, conforme Instituto Paulo Montenegro (2017) dentre os analfabetos funcionais: analfabetos, não capazes de realizar tarefas que envolvem leitura de modo geral; rudimentares, não capazes de realizar a localização de uma informação explícita que envolve leitura. E dentre os funcionalmente alfabetizados, são classificados em: a) elementar (funcionalmente alfabetizados, capazes de ler e compreender textos, e localizar informações, resolver problemas matemáticos, mas mostram limitações quando as operações requeridas envolvem maior número de elementos, etapas ou relações); b) intermediário (capazes de elaborar sínteses de textos diversos e reconhecem figuras de linguagem; no entanto, têm dificuldades para perceber e opinar sobre o posicionamento do autor de um texto); c) proficientes (capazes de compreender e interpretar sem restrições textos e matemática mais complexos).

Conforme Queiroz (2002, p. 195), a exclusão social no Brasil ocorre devido à inexistência de um espaço público de igualdade que seja capaz de promover a



integração social, e ainda sobre o indivíduo, “excluído não é apenas aquele que quase encontra em situação de carência material, mas aquele que não é reconhecido como sujeito, que é estigmatizado, considerado nefasto” (NASCIMENTO, 1994, p. 61 *apud* QUEIROZ, 2002, p.194).

Perante esse contexto - população com alta taxa de analfabetismo e exclusão informacional - as bibliotecas comunitárias como organização de importante fator de inclusão social, tendo como público alvo de tais bibliotecas, aqueles que não tem fácil acesso às bibliotecas públicas e/ou são excluídos pelo Estado como parte ativa da população consumidora de cultura e informação, que deveriam estar atendendo toda população da cidade.

Nesse sentido, verificamos que a biblioteca comunitária é um projeto político autônomo vinculado a um grupo de pessoas da comunidade. Ela possui uma estrutura flexível, concebida pelos próprios membros da comunidade para a comunidade, e pode ter ou não vínculos de apoio com órgãos públicos ou privados (BASTOS; ALMEIDA; ROMÃO, 2011). Em que tais bibliotecas promovem o acesso à informação, com intervenções e projetos de desenvolvimento cultural e educacional, voltado para a sociedade com público alvo excluído e encontra-se em lugares periféricos. (MACHADO, 2005).

Peruzzo e Volpato (2009, p.145) dizem que

No contexto da mobilização popular no Brasil nas últimas décadas, estão aquelas de caráter comunitário inovador, capitaneadas por redes de movimentos sociais, associações comunitárias territoriais, associações de ajuda mútua, cooperativas populares, grupos religiosos, grupos étnicos, entre milhares de outras manifestações.

Sendo assim, torna-se importante salientar que essa prática de atividades conjuntas desenvolve características de coletividade na comunidade, pois existe a formação de uma identidade participativa no grupo, uma vez que cada indivíduo possui consciência de pertencer ao contexto inserido. É diante disso que se manifesta a mobilização para elaboração de uma biblioteca comunitária: um conjunto de indivíduos com interesses e necessidades informacionais em comum, carecendo de uma unidade informacional que contemple com o acesso à informação e atividades aos sujeitos da comunidade.



Todos os tipos de bibliotecas, incluindo as bibliotecas comunitárias, devem se preocupar com a qualidade informacional de material, serviços e atividades oferecidos para seu público usuário, no sentido de buscar atender as demandas locais de interesse. Segundo Bastos, Almeida e Romão (2011) o acervo que compõe uma biblioteca comunitária deriva-se por maioria de doações, assinaturas de jornais e revistas, materiais impressos, DVDs e outros, mas deve existir a preocupação de analisar o estado físico dos recursos e seu valor temático informacional.

O acesso à informação em zonas periféricas é de fundamental importância para a formação e conscientização do ser humano enquanto cidadão. Verificamos que as pessoas que têm acesso ao conhecimento se envolvem em decisões políticas de maneira coletiva e contestam atividades governamentais de desenvolvimento que excluem parcela da população, e manipulam informações como recurso de poder (BARROS, 2003).

Diante disso, Verri (1994, p. 31) aponta que biblioteca comunitária

pressupõe algo mais que um espaço destinado à produção intelectual: representa um instrumento vigoroso capaz de favorecer, ressaltar, salientar, ou ocultar a preservação e/ou difusão de informações que podem influir ou transformar, direta ou indiretamente, as inter-relações sociais.

Nesse sentido, a leitura representa algo muito mais abrangente, configurando-se como um ato de extrema importância, pois o indivíduo leitor que se encontra nas zonas periféricas passa a ser mais crítico e atuante nas decisões políticas, em função de acessar e adquirir novos conhecimentos que implicam no seu desenvolvimento pessoal e social.

As bibliotecas comunitárias são espaços diferenciados de disseminação da informação (BLANK; SARMENTO, 2010) e devem ser valorizadas pelos profissionais de Biblioteconomia e CI. Como vimos, tais locais - segundo os autores acima citados - nem sempre contam com profissionais formados nessas áreas. Sendo assim, na maioria das vezes, são integrantes da própria comunidade, na qual se encontra a biblioteca comunitária, que aplicam princípios da Biblioteconomia e da CI, sem possuírem arcabouço teórico para tanto, mas com o objetivo e o interesse no desenvolvimento intelectual e cultural do meio social, com o objetivo de alcance eficaz e de transformação sobre o contexto no qual encontram-se.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, consideramos que bibliotecas comunitárias, enquanto resultados da organização popular, são de extrema importância social pois representam a concretização do acesso à leitura, à cultura, à informação e à formação cidadã.

Como demonstrado, apesar de serem chamadas *bibliotecas* comunitárias, a presença de profissionais bibliotecários não é obrigatória em tais locais. Geridas pela própria comunidade, são seus cidadãos que nela desempenham o papel de disseminadores da informação, de incentivadores da leitura, de mediadores, etc.

Autores da área (ALMEIDA, 2005; BARROS, 2003; GUEDES, [200?]) apontam que tais características prejudicariam aspectos relacionados à mediação e ao acesso da informação concretizados nestes locais devido à ausência de um bibliotecário. No entanto, consideramos que devemos conceber a ideia de biblioteca comunitária enquanto instrumento de: resgate da cultura popular; formação político cidadã; fortalecimento da comunidade na qual ela está inserida; valorização do indivíduo enquanto ser transformador da sociedade; concessão do direito fundamental à leitura e ao acesso à informação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2005.

BARROS, M. H. T. C. de. **Disseminação da informação**. Marília: Fundepe, 2003.

BASTOS, G. G.; ALMEIDA, M. A. de; ROMÃO, L. M. S. Bibliotecas comunitárias: mapeando conceitos e analisando discursos. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 21, n. 3, p. 87-100, set. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/10822/6998>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

BLANK, C. K.; SARMENTO, P. S. Bibliotecas comunitárias: uma revisão de literatura.

Biblionline, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 142-148, dez 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/4909/3714>>. Acesso em: 11 abr. 2019.



BRASIL. Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a política nacional do livro. **LEX**: política nacional do livro. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.753compilada.htm. Acesso em: 15 jun. 2019.

COMITÊ de Redação da Declaração Universal do Direitos Humanos. **Declaração universal dos direitos humanos**. Palais de Chaillot, Paris, 1948. Disponível em: <http://www.nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao>. Acesso em: 01 maio 2019.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. Disponível em: <http://maratavarespsictics.pbworks.com/w/file/74302802/FACHIN-Odilia-fundamentos-de-Metodologia.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

FERRAZ, K. **Bibliotecas comunitárias contra o analfabetismo funcional**. 2010. Disponível em: <http://www.ecofuturo.org.br/blog/bibliotecas-comunitarias-contra-o-analfabetismo-funcional/>. Acesso em: 15 jun. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUEDES, R. de M. **Bibliotecas comunitárias e espaços públicos de informação**. Belo Horizonte: UFMG: [200?]. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/cultura/docs/11_Bibliotecas_comunitarias_-_Roger_Guedes.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.

HORTA, N. M.; ROCHA, F. S. F. Bibliotecas Comunitárias: organização sociocultural e instrumento para a democratização do acesso à informação e para a valorização cultural. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. esp., p. 1781-1797, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/891/908>. Acesso em: 10 jun. 2019.

JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

JOÃO NETO. Analfabetismo cai em 2017, mas segue acima da meta para 2015. **Agência IBGE Notícias**. [s.i.], documento eletrônico. maio 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21255-analfabetismo-cai-em-2017-mas-segue-acima-da-meta-para-2015>. Acesso em: 15 jun. 2019.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

MACHADO, E. C. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**. 2008. 184 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.



PALHARES, I.; DIÓGENES, J. Três em cada 10 são analfabetos funcionais no País. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, documento eletrônico. ago. 2018. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,tres-em-cada-10-sao-analfabetos-funcionais-no-pais,70002432924>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

PÉREZ PULIDO, M. Códigos de ética de los bibliotecarios y otros profesionales de la información: comentario y análisis comparativo. **Boletín de la ANABAD**, v. 51, n. 3, p. 37-58, 2001. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=270767>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

PERUZZO, C. M. K.; VOLPATO, M. de O. Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferença. **Líbero**, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 139-152, dez. 2009. Disponível em: <<https://ptdocz.com/doc/49553/conceitos-de-comunidade--local-e-regi%C3%A3o->>. Acesso em: 11 abr. 2019.

PINHEIRO, L. V. R. Campo interdisciplinar da ciência da informação: fronteiras remotas e recentes. In: PINHEIRO, L. V. R. (Org.). **Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade**. Brasília ; Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência da Informação, 1999. Cap. 9. p. 155-182.

PRADO, G. M. A biblioteca comunitária como agente de inclusão/integração do cidadão na sociedade da informação. **Inc. Soc.**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 143-149, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1638/1844>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

PROGRAMA de ensino, pesquisa e extensão A tela e o texto; Setor de bibliotecas comunitárias. Folheto para a criação de bibliotecas comunitárias auto-geridas. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/atelaetexto/folheto_biblioteca.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2019.

QUEIROZ, V. M. Sociologia da exclusão social. **Sociedade e Cultura**, [s.l.], v. 5, n. 2, p. 193-198, 5 dez. 2002. Universidade Federal de Goiás. <http://dx.doi.org/10.5216/sec.v5i2.576>. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/576>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

RASCHE, F. Questões éticas para bibliotecários. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 10, n. 19, p. 21-33, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2005v10n19p21>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

RETRATOS da leitura no Brasil. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/blog/matheus-leitao/post/2019/01/06/retratos-da-leitura-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

SILVA, A. B. M. da; RIBEIRO, F. **Das 'ciências' documentais à ciência da informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto:



Afrontamento, 2002.

SIQUEIRA, Jéssica Câmara. Biblioteconomia, documentação e ciência da informação: sociedade, tecnologia e pós-modernidade. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Minas Gerais, v. 15, n. 3, p.52-66, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n3/04.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

SMIT, J. W. Arquivologia/Biblioteconomia: interfaces das ciências da informação. **Informação e Informação**, Londrina, v. 8, n. 2, p. 66-78, jun./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1713>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

SOARES, R. B. **Biblioteca comunitária como alternativa às bibliotecas públicas e escolares e o papel profissional do bibliotecário: relato de experiência.**

Disponível em:

<https://www.academia.edu/27109760/BIBLIOTECA_COMUNIT%C3%80RIA_COM_O_ALTERNATIVA_%C3%80S_BIBLIOTECAS_P%C3%90BLICAS_E_ESOLARES_E_O_PAPEL_SOCIAL_DO_PROFIOSSIONAL_BIBLIOTEC%C3%80RIO_relato_de_experi%C3%A0ncia_RUBENITA_BARROS_SOARES>. Acesso em: 20 jun. 2019.

VERRI, G. M. W. **Templários da ausência em bibliotecas populares.**

Recife: Editora Universitária da UFPE, 1994.

44% DA POPULAÇÃO brasileira não lê e 30% nunca comprou um livro, aponta pesquisa Retratos da Leitura. Disponível em:

<<https://cultura.estadao.com.br/blogs/babel/44-da-populacao-brasileira-nao-le-e-30-nunca-comprou-um-livro-aponta-pesquisa-retratos-da-leitura/>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

